

**PROJETO DE EXTENSÃO “REGULARIZA MS” INCRA/UFMS/FAPEC: O  
DIREITO AO SANEAMENTO BÁSICO NOS ASSENTAMENTOS SEBASTIÃO  
ROSA DA PAZ E PATATIVA DO ASSARÉ - MS**

***EXTENSION PROJECT “REGULARIZA MS” INCRA/UFMS/FAPEC: THE RIGHT OF  
BASIC SANITATION AT SEBASTIÃO ROSA DA PAZ AND PATATIVA DO ASSARÉ  
SETTLEMENTS - MS***

OLIVEIRA, Wanessa Raquel Pinheiro de <sup>1</sup>

PRADO, Isadora Ferreira <sup>2</sup>

SILVA, Cesar Augusto Silva da - Orientador <sup>3</sup>

**Introdução:** Criado em 1970, o INCRA possui a missão de implementar as políticas de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Em Mato Grosso do Sul, existem 30.781 lotes, distribuídos em 53 municípios, sob a responsabilidade desse órgão. O presente projeto de extensão tem por escopo acelerar a regularização fundiária dos assentamentos em MS, combatendo a desigualdade social e promovendo o acesso à terra. Neste trabalho será apresentada uma comparação entre os dados coletados referentes aos assentamentos Sebastião Rosa da Paz e Patativa do Assaré localizados em Amambai/MS e São Gabriel do Oeste/MS respectivamente, sob os aspectos sociais. **Objetivo:** Analisar aspectos sociais de ambos os assentamentos, para a compreensão das desigualdades sociais presentes e fomentação de políticas públicas. **Metodologia:** No presente trabalho foi utilizado o método dedutivo e analógico como estratégia para a identificação de possíveis soluções dos problemas que impulsionam a pesquisa, com abordagem quali-quantitativa utilizando-se dados primários e secundários provenientes da pesquisa de campo realizada pelos técnicos do Incra, bem como, de outros órgãos e instituições consultados (prefeitura de Amambai e São Gabriel do Oeste). Utilizou-se a metodologia exploratória e descritiva das realidades trabalhadas com apoio de análise documental de relatórios e questionários, revisão bibliográfica para levantamento

---

<sup>1</sup>Graduação. Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. FAPEC. <http://lattes.cnpq.br/8628261374912443>. [wanessa.oliveira@ufms.br](mailto:wanessa.oliveira@ufms.br).

<sup>2</sup>Graduação. Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. FAPEC. <https://lattes.cnpq.br/7698253188320615>. [isadora.prado@ufms.br](mailto:isadora.prado@ufms.br).

<sup>3</sup>Doutor. Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. <http://lattes.cnpq.br/2181377906842026>. [cesar.a.silva@ufms.br](mailto:cesar.a.silva@ufms.br)

# XX Congresso Internacional de Direitos Humanos

**Direitos Humanos, Democracia e Sustentabilidade**

30 de outubro a 01 de novembro

teórico e conceitual, com destaque à verificação de planos e programas direcionados à população rural em seus diversos extratos e realidades. **Resultados e Discussão:** A partir dos dados e informações obtidas pelo “PROJETO REGULARIZA MS”, iniciado em janeiro de 2022, em que foram vistoriados 5.359 lotes, em 38 Assentamentos, localizados em 22 municípios do Mato Grosso do Sul, concluída em setembro de 2022, ainda em etapa de análise dos dados levantados e acompanhamento dos processos regulatórios. Observou-se que, das 51 famílias entrevistadas do assentamento Sebastião Rosa da Paz, apenas 39,02% contam com fossa séptica, além de 96,08% depender de água do poço, já no assentamento Patativa do Assaré, foram 86 famílias entrevistadas, das quais 33,77% somente dispõem de fossa séptica. **Conclusão:** A criação de assentamentos rurais é o principal instrumento da Reforma Agrária no Brasil, estando sob a gestão e execução do INCRA. Neste projeto desenvolvido em parceria com a UFMS são implementadas ações importantes para dar celeridade aos processos de regularização, bem como, colaborar com o mapeamento da realidade social, econômica e ambiental da população rural dos assentamentos de Mato Grosso do Sul. Nos dois assentamentos conclui-se pela necessidade de melhorias no saneamento básico, visando que fossas comuns potencializam os riscos de doenças infecto-parasitárias. O saneamento básico se trata de uma política pública indispensável para a realização de diversos direitos sociais, em especial do direito à saúde e do direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Ocorre que, por vezes, muitas famílias não possuem poder aquisitivo para realizar a canalização, o que dificulta o uso do banheiro ligado à fossa séptica. É importante o município se responsabilizar, incentivando financeiramente essas famílias, ação que diminuiria outros gastos, como com a saúde, por exemplo, e garantiria mais segurança para os pequenos produtores.

**Palavras-chave:** Assentamentos; Saneamento Básico; Direitos Sociais.

## Referências

AZEREDO, Catarina Machado et al. Avaliação das condições de habitação e saneamento: a importância da visita domiciliar no contexto do Programa de Saúde da Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, p. 743-753, 2007.

DE SENZI ZANCUL, Juliana. Direitos Humanos à Água e ao Saneamento e a Política de Saneamento Básico no Brasil. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, v. 4, n. 2, p. 23-46, 2015.

# XX Congresso Internacional de Direitos Humanos

**Direitos Humanos, Democracia e Sustentabilidade**

30 de outubro a 01 de novembro

RIBEIRO, Wladimir António. O saneamento básico como um direito social. **Revista de Direito Público da Economia–RDPE**, Belo Horizonte, ano, v. 13, p. 229-251, 2015.